



CAPÍTULO I

A Urbanização no Mundo: Estudo Estatístico

Já vimos que o fenómeno da urbanização moderna nos países industrializados acompanhou a revolução industrial. Somos tentados a estabelecer a mesma correlação entre industrialização e urbanização, tanto para os países subdesenvolvidos como para os desenvolvidos. Levando-se em conta que a revolução urbana nos países subdesenvolvidos é «concomitante à sua «modernização» atual, vários autores consideram que as mesmas causas constituem a origem dos mesmos fenómenos, seja qual for a época ou o país. Tentou-se mesmo a verificação da hipótese de um paralelismo entre industrialização e urbanização.

Para nossa análise, teremos um certo número de estudos estatísticos ligados a dois termos significativos: a) a urbanização e os indicadores de desenvolvimento; b) a evolução da urbanização em países industrializados e em países subdesenvolvidos.

1. *Urbanização e indicadores de desenvolvimento*

As Nações Unidas procuraram estabelecer, de forma aprofundada, uma comparação numérica entre taxa de urbanização e certos indicadores de desenvolvimento. Compararam as taxas de urbanização de certos países, a renda *per capita* em dólares entre 1957 e 1960, ao consumo de energia

16

Tabela II
TAXA DE URBANIZAÇÃO E INDICADORES
DE DESENVOLVIMENTO

	Taxa de urbanização em 1960	% de P.N.B. produzido pelas indústrias e minas em 1958	Consumo de energia p/capita em 1958	Renda em US\$ 1957-60
UEA	86	30	7,9	2.242
URSS	48	—	3,2	575
Reino Unido	80	39	5,7	1.000
Alemanha Ocidental	74	47	3,7	725
Japão	40	26	0,9	244
França	57	33	2,6	934
Bélgica	70	44	4,3	910
Holanda	70	42	2,6	700
Dinamarca	55	29	2,7	1.325
Itália	48	31	1	400
Espanha	37	—	0,78	280
Portugal	40	—	0,38	200
Canadá	60	30	5,4	1.376
União Sul-Africana	52	38	3	1.028
Brasil	25	38	0,35	200
México	45	—	0,78	261
Índia	17	12	0,15	55
Paguistão	11	12	0,07	53
Indonésia	18	10	0,12	60
Tailandia	15	15	0,06	90
Egito	22	13	0,23	110

Industrialização e urbanização

Tomando-se um maior número de variáveis capazes de levar em conta o desenvolvimento e a industrialização, da forma como Kusnetz o fez, chega-se às mesmas conclusões e de forma mais detalhada. Reunindo os países em 4 grupos de renda cuja escolha fora feita previamente, Kusnetz considerou como critérios de desenvolvimento para cada grupo de países o montante aproximado de renda *per capita* em dólares norte-americanos entre 1952 e 1954, a percentagem de mão-de-obra não-agrícola, a percentagem da população total vivendo em cidades de população igual ou superior a

4. Kusnetz, Simon, "Consumption, Industrialisation, Urbanisation", in *Industrialization et Société*, simposio dirigido por B. Hoeseltz e W. E. Moore, UNESCO, Masson, 1963, p. 96.

per capita em 1958 e a percentagem representando a participação do PNB da indústria e da mineração em 1958.¹

Pelos resultados obtidos, chama a atenção o fato de que quanto mais elevados são os indicadores de desenvolvimento, tanto mais importante é a taxa de urbanização. Assim, nos Estados Unidos, por exemplo, onde a renda *per capita* era de \$ 2.242, o consumo de energia era de 7,9 e a percentagem de participação da mineração e da indústria no PNB era de 30; enquanto isso, a taxa de urbanização era de 86. Na Índia, entretanto, para uma renda *per capita* de \$ 55,00, o consumo de energia equivalia a 0,15, a participação da indústria e da mineração no PNB, 12 e a taxa de urbanização, apenas 17.

Renda média e urbanização

Kingsley Davis, por exemplo, levou a cabo uma primeira observação através da análise de 115 países, com vistas ao estabelecimento de uma relação entre a renda *per capita* (por certo o mais aceito de entre os indicadores do desenvolvimento e da industrialização) e a urbanização. Para 89 países, cuja renda *per capita* variava entre \$ 100,00 e \$300,00, a população urbana representava 42% da população total, ao passo que para 26 países, com renda *per capita* entre \$ 300,00 e \$ 750,00, a percentagem de urbanização equivalia a 51.

A existência evidente de uma relação entre a urbanização e a industrialização levou K. Davis a se referir à existência de uma «correlação linear» que se poderia recolocar em uma fase histórica.

Consumo de energia e urbanização

L. Schnore também chegou a coeficientes de correlação bastante significativos para várias regiões do mundo, comparando o consumo de energia por habitante e as taxas de urbanização. Schnore chegou às seguintes taxas:

Ásia (11 países)	0,82	América Central (11 países)	0,78
África (14 países)	0,79	Europa do Sul e Central	0,44
América do Sul (10 países)	0,81	Europa do Norte e Ocidental	0,49

1. Guyot, F., *Essai d'économie urbaine*, Bibliothèque d'économie politique, Librairie générale de Droit et de Jurisprudence, Paris, 1968.

2. "The urbanization of Human Population", *Citires*, Scientific American, 1968.

3. Citado por F. Guyot, *op. cit.*, p. 228.

20.000 habitantes e a população ativa não-agrícola vivendo nas cidades com população igual ou superior a 20.000 habitantes.

Tabela 12
TAXA DE URBANIZAÇÃO
E INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO:
CLASSIFICAÇÃO E VARIAÇÕES DE LUGARES

	Lugar ocupado em função de:	
	Taxa de urbanização	Consumo de energia
EUÁ	1	1
Reino Unido	2	2
Alemanha Ocidental	3	5
Bélgica	4	4
Holanda	4	9
Canadá	6	3
França	7	9
Dinamarca	8	8
União Sul-Africana	9	7
Itália	10	11
URSS	10	6
México	12	13
Japão	13	12
Portugal	13	15
Espanha	15	13
Brasil	16	16
Egito	17	17
Indonésia	18	19
Índia	19	18
Taiilândia	20	21
Paquistão	20	20
	21	21

Grau de industrialização e de urbanização nos países agrupados segundo a renda per capita

	775 ou +	351-775	151-300	150 ou -
1. Grupos de renda \$ 1952-1954	1.000	550	250	100
2. Montante aproximado renda per capita \$ 1952-1954	86,6	72,7	49,7	41,2
3. Mão-de-obra não-agric. (%)				
4. % da população total nas cidades de 20.000 habitantes ou mais	45,8	37,8	20,9	14,7
5. População ativa não-agrícola das cidades de 20.000 hab. ou mais	47,4	35,9	27,9	12,4
Relação 4:3	0,54	0,52	0,42	0,36
Relação 5:3	0,55	0,49	0,56	0,30

A partir destes resultados Simon Kuznetz mostra que existe uma correlação positiva entre a renda *per capita* e outros indicadores escolhidos.

Por outro lado, os resultados obtidos mostram que a percentagem de mão-de-obra agrícola diminui mais rapidamente que o aumento da renda *per capita* e que a população de centros de 20.000 (ou mais) habitantes parece aumentar muito mais rapidamente que a renda ou a percentagem de mão-de-obra não-agrícola. De certa forma, este resultado indica que nos países subdesenvolvidos a urbanização é mais rápida. Assim, a evolução da percentagem da população ativa não-agrícola revela muito claramente que uma renda média de \$ 150,00 é um limite acima do qual as cidades tornar-se-iam mais «urbanas», levando-se em conta o aumento mais que proporcional dos setores secundário e terciário. Ou seja, as cidades de 20.000 habitantes dos países onde a renda *per capita* é inferior a \$ 150,00 seriam cidades locais, enquanto que acima deste grupo de rendas tornar-se-iam centros regionais.

Como os números utilizados são globais, isto é, não se levam em consideração as diversas características próprias a cada país, deve-se encarar esta definição com certa reserva. Entretanto, uma comparação estabelecida, tomando-se de um lado a percentagem de população total vivendo nas cidades de população igual ou superior a 20.000 habitantes e a percentagem da população ativa destes mesmos centros e de outro lado a percentagem de mão-de-obra não-agrícola, nos leva não apenas às mesmas conclusões mas, igualmente, a constatar que a partir de um nível de renda entre \$ 300 e 775 as cidades de mais de 20.000 habitantes também dispõem de um secundário e terciário importantes.

Assim, a relação entre a urbanização e os diferentes critérios, levando-se em conta a modernização (ou mesmo a industrialização), afigura-se bem clara. Sidney Goldstein, em um estudo mais recente, levou a cabo uma análise mais apurada que a de Kuznetz. Pela escolha mais sistemática dos países a comparar e utilizando um número ainda maior de indicadores ou parâmetros, tornou mais nítida a relação urbanização-industrialização. Em sua amostragem, Goldstein classifica os países em 4 grupos, levando em consideração,

5. Nações Unidas, 1968.

de um lado, o período no qual alcançaram um certo nível de urbanização e, de outro, a percentagem de sua população urbana.

Grupo I — Países desenvolvidos: Inglaterra e País de Gales, Austrália, Holanda, Estados Unidos, Suécia e Finlândia.

Grupo II — Países subdesenvolvidos com 25% ou mais de população urbana em 1920: Uruguai, Argentina, Chile.

Grupo III — Países subdesenvolvidos e territórios com 25% da população urbana entre 1920 e 1960: Venezuela, Japão, ilhas Ryukyus, Islândia, Egito, Jordânia, ilhas Maurício, Panamá, México, Brasil, Peru, Porto Rico, Irã, Equador, Jamaica, Malásia, Argélia.

Grupo IVA — Países subdesenvolvidos e territórios com 10% e 25% da população urbana em 1960: Iraque, Marrocos, Turquia, Chipre, Senegal, Tunísia, Nicarágua, El Salvador, Índia, Borneo do Norte, Gana, Sri Lanka (então Ceilão), Honduras, Nigéria, Paquistão.

Grupo IVB — Países subdesenvolvidos e territórios com menos de 10% de população urbana em 1960: Tailândia, República Popular do Congo, Madagascar, Costa do Marfim, Libéria, Gabão, Quênia, Sudão, Etiópia, Guiné, Chade, Tanganica, Uganda, Suazilândia.

Nos três primeiros grupos, Goldstein coloca os países desenvolvidos, os países subdesenvolvidos que possuíam 25% de população urbana em 1920, os países subdesenvolvidos e territórios que tiveram uma taxa de 25% de população urbana entre 1920 e 1960. No quarto grupo, subdividido em dois, estão, de um lado, os países subdesenvolvidos e territórios que em 1960 tinham de 10 a 25% da população urbana e, de outro, os países subdesenvolvidos e territórios que apresentavam menos de 10% de população urbana nesta mesma data. Depois desta classificação, Goldstein utiliza 19 cri-

térios que poderiam corresponder a uma definição bastante ampla do fenômeno de urbanização. Essa definição seria então estabelecida a partir de uma série de parâmetros, dos quais alguns seriam a própria condição de urbanização ao passo que outros constituiriam apenas a consequência.

A multiplicidade destes critérios que levam em conta a urbanização parece atender à preocupação de se encontrar um número ainda maior de combinações capazes de reduzir o rigor da formulação numérica e de, assim, oferecer respostas mais válidas na medida em que um índice corrige outro. Utilizando estes dados, de um lado situando o nível dos indicadores em relação ao estágio de urbanização e, de outro, o nível de urbanização em função dos indicadores, chegaram-se seguintes resultados:

Tabela 1.3

	Grupo I	Grupo II	Grupo III	Total	Grupo IVA	Grupo IVB
População urbana	52	56	32	11	17	5
Taxa de urbanização	0,4	0,7	0,8	0,3	0,4	0,2
Mortalidade infantil	20,1	71,1	61,9	102,8	76,1	144,2
Expectativa de vida	70,7	63,7	57,8	44,9	48,0	40,3
Taxa de dependência	66	80	99	93	90	102
Alfabetização	98,2	88,4	53,1	26,0	31,5	12,8
Disciplinidade	89	72	58	35	42	28
Entrega postal	176	30	22	9	11	5
Entrega de jornais	369	162	68	11	22	4
Frequência a cinemas	8,2	6,9	5	0,9	1,6	0,4
Médicos p/habitantes	990	997	2,482	12,395	8,337	18,978
Consumo de calorias	3,123	2,726	2,353	2,256	2,256	—
Consumo de proteínas	89	90	61	56	56	—
Taxa de ocupação domiciliar	1,1	1,8	1,8	2,4	2,4	—
Consumo de energia	3,687	919	423	116	158	80
Quilocalorias do PNB derivado de atividades não-agrícolas	1,066	320	292	137	137	—
Quilocalorias de homens ativos agrícolas	90	88	80	59	60	58
Quilocalorias na agricultura	83,9	70,6	51	29,8	37,2	19,4
Densidade rural	102	67	288	140	135	145

Tabela 14
MÉDIA NÃO PONDERADA DO NÍVEL DE URBANIZAÇÃO
NOS PAÍSES EM VIAS DE DESENVOLVIMENTO SEGUNDO
O NÍVEL DE DADOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E DEMOGRÁFICOS*

	Nível de urbanização		
	Grupo I	Grupo II	Grupo III
Taxa de urbanização	28,4 (14)	18,3 (13)	13,0 (14)
Mortalidade infantil	34,0 (10)	22,8 (19)	14,4 (10)
Expectativa de vida	34,4 (13)	25,3 (13)	10,3 (13)
Taxa de dependência	29,7 (11)	26,3 (10)	22,7 (11)
Taxa de alfabetização	37,9 (11)	21,8 (10)	14,1 (11)
Taxa de escolaridade	34,1 (16)	16,0 (15)	11,3 (16)
Circulação postal	37,0 (9)	23,4 (8)	16,9 (9)
Frequência a cinemas	35,0 (15)	18,3 (15)	8,1 (15)
Médicos p/habitantes	36,2 (15)	22,7 (12)	8,2 (13)
Consumo de proteínas	40,5 (5)	19,5 (15)	19,5 (5)
No de pessoas por peça	45,8 (5)	39,9 (6)	19,0 (5)
Consumo de energia	34,0 (7)	31,2 (7)	15,4 (7)
Renda per capita	36,3 (14)	19,7 (14)	11,7 (14)
Taxa do PNB derivado de atividades não-agrícolas	38,1 (9)	26,4 (10)	20,0 (9)
% homens nas atividades não-agrícolas	36,6 (10)	22,4 (11)	12,9 (10)
Densidade rural	42,1 (10)	26,0 (11)	14,2 (10)
% homens ativos nos transportes e comunicações	22,1 (14)	18,2 (14)	27,5 (14)
% população urbana	39,4 (10)	19,2 (11)	18,7 (10)
	37,9 (16)	19,2 (16)	5,7 (16)

a. O nível médio de urbanização para os 6 países desenvolvidos é de 52,2
 b. Os números entre () representam o número de países observados

Os índices negativos são representados pela mortalidade infantil, pelas taxas de dependência, de ocupação domiciliar e pelo número de médicos por habitante. Por seu turno, outros índices são tão mais elevados quanto mais remoto a percentagem de população urbana e quanto mais remoto o tempo em que esses países atingiram certo nível de urbanização. Assim, enquanto o consumo de energia é de 3,6 para os países desenvolvidos (aqueles que em 1920 possuía 25% de população urbana), esse mesmo consumo é de 9 e de apenas 423 para os países que alcançaram esta mesm

taxa entre 1920 e 1960. A relação urbanização-industrialização aparece de forma ainda mais nítida no segundo quadro, onde se nota que o nível de urbanização se torna tanto mais elevado quanto mais crescem em importância os índices escolhidos.

Crítica da validade das variáveis escolhidas

Certas medidas de urbanização empregadas — como, por exemplo, a escolha das datas-limite, que permitem a Goldstein classificar os países em grupos — não são, entretanto, isentas de crítica. Se o primeiro critério adotado é a população urbana, mais precisamente a taxa de urbanização, por que limitar a escolha às cidades de população superior a 20.000 habitantes? De fato, o nível «urbano» atingiu a uma taxa de população que se afigura diferente para cada tipo de civilização urbana em condições normais ou espontâneas de evolução. Esta taxa, variando para um mesmo conjunto urbano, apresenta momentos históricos diferentes, variando para cada país segundo o estágio de desenvolvimento alcançado.

Por um lado, se as condições internas não são as mesmas para a totalidade do país, por certo registrar-se-á uma variação da definição do fenómeno urbano. Por outro, a escolha deste critério deve ser feita levando-se em conta certas funções consideradas como espontaneamente geradas pela cidade a partir de um dado nível de população. A capacidade de demanda de uma população e a de oferta de uma cidade dependem não apenas das virtualidades da cidade, isto é, de sua capacidade potencial em termos da criação de bens e serviços mas, igualmente, do poder de compra da população, de sua propensão a adquirir e dos meios oferecidos a esta população para se relacionar com os fornecedores de bens e serviços. Assim, mesmo que o nível de renda seja retido na análise, faz-se necessário levar em conta, de um lado, a «abertura» de uma população, dado sociológico importante que o grau de alfabetização não chega a explicar completamente e, por outro, a rede de transportes e sua utilização. No que se refere à escolha do segundo critério, ou seja, a taxa de crescimento urbano — a média anual do aumento

da percentagem da população das cidades de 20.000 habitantes e mais em relação à população total — podem ser feitas duas críticas. Em primeiro lugar, o aumento desta taxa pode corresponder a uma acumulação para apenas algumas cidades do país, ou seja, não se faz de maneira uniforme. Em seguida, o aumento desta taxa pode corresponder à criação de aglomeração de produção ou a funções dominantes como é, muitas vezes, o caso das cidades industriais, cidades especializadas (energia elétrica) ou os portos.

A escolha do outro critério — o número de exemplares de jornais publicados ao menos quatro vezes por semana para 1.000 habitantes — parece merecer bastantes críticas. De fato, nos países subdesenvolvidos o papel de imprensa custa caro e a parte voltada para a publicidade na formação da receita geralmente é mais importante que a própria venda. Como os jornais nesses países são, em geral, volumosos, o custo de um exemplar é, via de regra, mais elevado que o preço de venda. Neste caso, como a venda acaba por se tornar uma fonte de prejuízo (ou diminuição dos lucros contabilizados), adota-se uma política de pequena circulação. Por essas (entre outras) razões, o critério «circulação de jornais» é pouco válido para os países subdesenvolvidos.

Um outro índice é o da renda *per capita*, ou seja, o equivalente desta renda em dólares. Este índice já foi muito criticado em razão da impossibilidade de se comparar o poder interno de compra para os diferentes bens e serviços de consumo corrente por intermédio de uma unidade monetária internacional. Este critério é igualmente falso em decorrência da inflação nos países subdesenvolvidos, já que a relação entre os valores interno e externo da moeda não se encontra vinculada automaticamente às oscilações do câmbio. Mas, mesmo que a moeda permanecesse estável, sendo os graus de industrialização variáveis segundo os países, o poder de compra dos indivíduos variaria em função das quantidades produzidas no país, bem como da variedade dos produtos oferecidos à população.

Não é igualmente satisfatória a taxa de atividade masculina nas ocupações não-agrícolas ou a percentagem do produto interno bruto em setores secundário e terciário. De fato, quanto mais industrializado e modernizado é o país, mais elevada é a percentagem de

mulheres que trabalham. Acrescente-se a isto o fato de que nas cidades do Terceiro Mundo o número de pessoas do sexo masculino ou feminino que trabalham como domésticos, ou seja, no terciário primitivo, faz parte do contexto da civilização de cada país. Na África, por exemplo, são os homens que se encarregam desta tarefa, enquanto que na América Latina a mesma é imposta às mulheres. É necessário também conhecer o nível de industrialização correlacionado com os empregos do setor secundário, uma vez que a percentagem correspondente a cada setor do terciário varia em função do grau de industrialização.

Entretanto, é preciso reconhecer que nenhum dos critérios escolhidos é ruim. O número de médicos por habitante, por exemplo, é um critério válido já que se sabe que uma grande concentração destes profissionais está nas cidades. O índice alimentar, de uma maneira geral, parece ser um dado válido já que o nível de alimentação melhora com o desenvolvimento das sociedades e que quanto mais elevada é a renda tanto mais caro deverá-se pagar por uma mesma quantidade de calorias.

Não obstante, uma pergunta se faz necessária: por que, para a análise, foram escolhidos estes três períodos (o anterior a 1920, entre 1920 e 1960 e após 1960)? O ano de 1920, por exemplo, não parece ter sido representativo para a história demográfica do mundo, sequer para sua história econômica. Será que 1950 não foi mais significativo que 1960? De fato, foi a partir de 1950 que se pôde situar os efeitos de uma nova revolução industrial e de suas múltiplas repercussões nos países subdesenvolvidos. Foi, também, em 1950 que a revolução demográfica parece ter chegado ao clímax e o movimento de urbanização, nestes países, ter ganhado maior amplitude.

Por outro lado, será que não é um erro agrupar em uma mesma categoria países com características diferentes, tanto sob os planos demográfico, econômico ou urbano, em razão de sua história e de sua posição atual? Felizmente, os próprios autores afirmam que «a partir destes dados é impossível dizer-se que existe uma relação de causa e efeito entre urbanização e os indicadores sociais e econômicos esboçados».

7. *Urbanization and economic and social change*, p. 23.

Simon Kusnetz, a propósito das manipulações deste gênero, também assevera que «é fácil demonstrar que a alta contínua da renda *per capita* (que para nós é um índice de crescimento), a industrialização, a urbanização, o aumento dos gastos de consumo por habitante e as mudanças de estrutura do consumo estão todos inexplicavelmente ligados e se fortalecem uns aos outros na medida em que um revés em um destes domínios afeta inevitavelmente os demais. Entretanto, é impossível medir o grau exato de interdependência e os níveis precisos a partir dos quais estas diversas tendências se tornam mais voluntárias que necessárias».

Feitas todas estas críticas, é preciso reconhecer que se pode constatar, grosso modo, um certo paralelismo entre nível de urbanização, de industrialização e outros indicadores sócio-econômicos, como mostra o quadro seguinte:

Correlações entre percentagem da população urbana e alguns indicadores demográficos, sociais e econômicos (36 países, ano aproximado, 1960) *

A. Indicadores com um alto valor de R:	
mão-de-obra masculina não-agrícola	0,85
mão-de-obra masculina nos transportes e comunicações	0,81
expectativa de vida	0,72
índice de escolarização	0,70
circulação de jornais	0,69
consumo de proteínas	0,65
índice de alfabetização	0,65
frequência a cinemas	0,62
consumo de energia	0,57
circulação postal	0,56
renda per capita	0,52
mortalidade infantil	
B. Indicadores com um baixo valor de R:	
grau de urbanização	0,24
% da população nas maiores cidades	0,06
índice de dependência	- 0,37
médica anual de crescimento de população das cidades com 20.000 habitantes ou mais	- 0,32

Cidades pré-industriais e cidades subdesenvolvidas

Em virtude da existência desta correlação entre urbanização e industrialização, muitos são levados a transpor os

resultados obtidos em uma escala histórica e comparar o que se passou nos países industrializados no início ou durante sua revolução industrial ao que se passa nos países subdesenvolvidos no momento em que estes começam seu processo de industrialização.

Gideon Sjoberg, por exemplo, considera que existe semelhança entre as cidades dos países subdesenvolvidos e dos países industrializados quando do início de sua industrialização. " Em sua análise, distingue esse autor três tipos de sociedades: *folk* (ou pré-literária), feudal (ou pré-industrial, ou, ainda, literária pré-industrial) e industrial urbana. Para Sjoberg, apenas os dois últimos tipos de sociedade apresentam aglomerações urbanas, sugerindo a hipótese de que as cidades nascidas das sociedades pré-industriais possuem características comuns, não importando qual tenha sido a época na qual nasceram ou o continente no qual se situam.

Assim, as cidades dos países subdesenvolvidos seriam as cidades pré-industriais, designação também de Emrys Jones", embora este último autor faça críticas a respeito. Um que medida existe, realmente, paralelismo ou repetição dos mecanismos? As cidades dos países subdesenvolvidos não seriam fundamentalmente cidades européas contemporâneas a revolução industrial?

2. A evolução da urbanização em países industrializados e em países subdesenvolvidos: estudo estatístico comparativo

Devemos a Sidney Goldstein e a uma equipe do Departamento de População da Organização das Nações Unidas a elaboração de um estudo estatístico comparativo entre a urbanização verificada nos mundos subdesenvolvido e desenvolvido.

A partir deste estudo, «os modelos de urbanização dos países desenvolvidos e dos países subdesenvolvidos poderiam ser comparados, graças à utilização do conceito de períodos similares de urbanização», ou seja, «uma fase de urbanização em qual um país desenvolvido e urbanizado chegou no passa-

10. G. Sjoberg, *The Preindustrial City, Past and Present*, Free Press, Nova Iorque, 1960, p. 7.
11. E. Jones, *Towns and Cities*, The Oxford University Press, 1968.

8. Kusnetz, Simon, op. cit., p. 110.
9. "Urbanization and economic and social change", in *International Social Development Review*, n. 1, Nações Unidas, 1968, p. 27.

do e que coincide com a fase pela qual um país subdesenvolvido e em processo de urbanização acelerada está hoje passando». Três métodos foram empregados para chegar-se a tais resultados:

— O primeiro consiste em determinar um ponto de semelhança em função de certos parâmetros (percentagens de população nas localidades de 20.000 habitantes e mais, número de alfabetizados por habitantes, mortalidade infantil, etc.) e, em seguida, comparar a evolução dos indicadores socioeconômicos em um e em outro país considerados.

Para este estudo, escolheu-se como referência a Suécia, 1920; os países comparados são, sucessivamente, a Suécia e a Malásia, durante um período de cerca de 40 anos (aproximadamente de 1890 a 1930 para a Suécia e 1920 a 1960 para a Malásia); a Suécia e o Ceilão (atual Sri Lanka), também durante um período de quarenta anos (de 1880 a 1920 para a Suécia e de 1920 a 1960 para o Ceilão); a Suécia e a Índia, durante esse mesmo período.

A escolha dos países prendeu-se à existência dos dados estatísticos disponíveis mas, como indicam os gráficos, as séries nem sempre são completas em relação aos países subdesenvolvidos. Apesar disso, o resultado das comparações realizadas mostra, no que se refere aos índices vitais (mortalidade infantil, expectativa de vida), uma tendência dos países subdesenvolvidos (Índia, Malásia, Ceilão) a aproximarem-se ou mesmo ultrapassarem o país desenvolvido com o qual foram comparados. O fato se repete para a média de habitantes por médico, que cresce rapidamente. Por outro lado, apesar de apresentar uma distância favorável no caso da Malásia e desfavorável para o Ceilão, as duas curvas relativas à urbanização são ligeiramente paralelas.

Entretanto, o exame dos índices econômicos e do Produto Nacional Agrícola, do emprego masculino não-agrícola ou da frequência de utilização do correio apresenta no gráfico curvas bem divergentes entre países industrializados e países subdesenvolvidos, malgrado os recentes progressos econômicos destes últimos.

— O segundo método consistiu em escolher um país desenvolvido e um subdesenvolvido que apresentaram em um passado recente o mesmo nível de urbanização para, em seguida, examinar por intermédio dos indicadores anteriores

mente escolhidos a evolução sócio-econômica posterior de um e de outro.

Os autores escolheram a Finlândia e o Brasil. O critério da escolha foi o mesmo definido anteriormente mas, no que se refere à Finlândia, a escolha foi feita não por se tratar do país mais representativo do mundo industrializado mas por oferecer uma boa série de dados estatísticos para o período escolhido (entre 1920 e 1960). São seis os parâmetros: a urbanização, consumo de energia, taxa de escolaridade nos cursos secundários, expectativa de vida, percentagem de mão-de-obra não-agrícola e densidade do movimento postal. As curvas obtidas mostram que há um paralelismo quase perfeito no que se refere aos níveis de urbanização, mas que a diferença é bastante acentuada no que diz respeito ao consumo de energia elétrica, à escolaridade no secundário e à taxa de população ativa masculina não-agrícola. Em relação ao movimento postal, verifica-se que o Brasil, até 1950, registra índices comparáveis aos da Finlândia; após esta data, a evolução mostra-se favorável à Finlândia. Mas quando se emprega o mesmo método para comparar a Suécia e a Finlândia, nota-se que existe não apenas paralelismo mas uma tendência a uma aproximação no final do período.

— Uma terceira aproximação, particularmente útil quando não se dispõe de séries estatísticas para os países subdesenvolvidos, consiste em tomar-se como dados o nível de urbanização e um indicador sócio-econômico para o qual se disponha de séries estatísticas para vários países. Pode-se, assim, elaborar um gráfico no qual se coloca, como ordenadas, as percentagens correspondentes aos dois parâmetros e como abscissas os anos escolhidos para o período de referência. Começa-se por traçar duas curvas correspondentes às situações dos países industrializados escolhidos em um período. Em seguida, tenta-se determinar (em um ou vários anos, segundo as possibilidades da documentação) a posição de tal ou qual país subdesenvolvido no que diz respeito à urbanização e ao indicador escolhido, sobre as duas curvas já estabelecidas traçadas para os países industrializados aqui utilizados como elemento de comparação. No que se refere a cada um dos dois parâmetros vê-se, inicialmente, que há diferenças de níveis entre países subdesenvolvidos e industrializados. A escala do tempo ajuda a percepção adequada

destas diferenças, ao mesmo tempo que permite considerar a distância existente entre países desenvolvidos tomados como ponto de comparação e cada país subdesenvolvido colocado na curva. Assim, a posição destes últimos sobre as duas curvas permite visualizar as diferenças entre as distâncias, às vezes pouco importantes ou nulas no que diz respeito à urbanização ou aos índices vitais mas muito maiores para os indicadores econômicos.

Os dois países industrializados escolhidos pelos autores deste estudo são, ainda, a Suécia e a Austrália para um período de noventa anos (1881-1961). Para os países subdesenvolvidos, foi tomado como ano de referência o de 1960. Para a Suécia, o gráfico mostra que o ponto de interrogação entre as duas curvas situa-se em 1920, sendo que a queda do emprego agrícola foi consecutiva à industrialização e ao ritmo de urbanização.

A comparação estabelecida entre países subdesenvolvidos e desenvolvidos permite situar a posição de cada país subdesenvolvido escolhido sobre as duas curvas e mostra a autonomia relativa entre as duas evoluções, bem como a disparidade das situações, consequência da história e do maior ou menor êxito dos esforços encetados por cada país. Para a Austrália, a interseção entre as duas curvas situa-se por volta do início do século com taxas de urbanização e de população ativa masculina empregada na agricultura próximas a 40%. Já para 1961, esta população agrícola não representava mais de 13,5%, enquanto que a urbanização atingia 66,8%.

No processo de urbanização, uma das diferenças entre países industrializados e países subdesenvolvidos prende-se ao fato de que naqueles a população agrícola contada, seja globalmente seja pelo número de homens ativos, cai rapidamente, enquanto que nos países subdesenvolvidos esta redução é muito mais lenta. Um caso excepcional seria o da Argentina, onde a população ativa agrícola baixou rapidamente, passando de 40% (em 1869-1895) para 8% (em 1949-1955).

Essa evolução deve-se, em parte, à presença de uma agricultura mecanizada, voltada para a exportação, e à presença de grandes cidades macrocefálicas e de um envelhecimento precoce da população. Pode ser encontrado também um tipo intermediário para os novos países industrializados

Este estudo estatístico permite chegar às mesmas conclusões que a análise histórica comparativa já realizada.

Poder-se-ia dizer que nos países subdesenvolvidos estamos em face de uma urbanização demográfica, enquanto que nos países industrializados a urbanização seria principalmente «tecnológica» ou econômica. Entretanto, antes de se fazer esta afirmação parece necessário proceder-se a uma análise histórica quanto à evolução da urbanização nestes dois tipos de países. Tal será o objetivo do próximo capítulo.